

Educação Especial

Equipe elaboradora

Ana Lúcia Araújo da Silva

Carmem Lúcia Silva Laranja Gonçalves

Eulina Áurea Massete Trevezan

Girlene Gobete

Jeanine Lacerda Benevides

José Francisco Souza

Lucimar Costa Dalla Bernardina

Maria Amélia Barcelos Fraga

Nilds de Souza Bandeira Frota

Regina de Fátima Martins D'Oliveira

Reginaldo Célio Sobrinho

Sonia Aparecida Alvarenga

Neste texto buscamos sistematizar as discussões desenvolvidas pela Divisão de Educação Especial, no que se refere ao movimento de reformulação/organização das Diretrizes curriculares implementado pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória. Na tentativa de contribuir para a construção de uma proposta educativa escolar que seja significativa para todos(as), organizamos nossa discussão em torno de algumas temáticas que consideramos fundamentais neste momento inicial de produção/reflexão. Abordaremos questões relativas à escola inclusiva, à organização curricular e à avaliação da aprendizagem dentro de uma perspectiva inclusiva.

O modelo educativo escolar que conhecemos atualmente tem uma recente história. A escolarização obrigatória para as camadas populares da sociedade, iniciada entre os séculos XIX e XX, ainda não é uma realidade em muitos países, nem mesmo no Brasil. As lutas em torno da participação democrática de negros, de mulheres, de índios, de pessoas com deficiência e outros neste espaço de produção de conhecimento, ainda se fazem necessárias na atualidade.

Como instituição social, no percurso histórico de sua construção, a escola assumiu um conjunto de significados e de sentidos que justificavam sua “invenção” e que atualmente sustentam nossas convicções em torno da necessidade de sua existência, da ampliação de seu trabalho bem como do entendimento de que essa instituição deva assumir (co)responsabilidades na inserção dos sujeitos no mundo e na cultura.

Todavia a escola também precisa ser vista como contexto social, espaço próprio para a disseminação de ideologias, construção/teorização de crenças e de valores que delinham suas práticas, sua organização administrativa e pedagógica. A revisão crítica/reflexiva de sua dinâmica permite a seus atores/participantes inferir sobre aspectos e fatores que enunciam mudanças e transformações.

Caminhar sob o enfoque inclusivo supõe que escola considere importantes o ensino e a aprendizagem, os ganhos, as atitudes e o bem-estar de todos os jovens. Sugere preocupação com cada um de seus alunos apoiando-os de forma organizada e sistemática na sua aprendizagem. Concebe a inclusão como um movimento contínuo e permanente, mas porque deve passar a organização curricular. Nessas instituições inclusivas, desenvolve-se de maneira sistemática e permanente a avaliação, o acompanhamento e discussões relativas às ações desenvolvidas no cotidiano escolar. Essas ações compreendem o planejamento de propostas e/ou programas de apoio, acompanhamento e constante avaliação do percurso de aprendizagem do(a)s aluno(a)s.

A preocupação com o exercício da inclusão educativa escolar e, por consequência, a aprendizagem de todos os alunos permeia todos os aspectos da vida escolar. Desse modo, qualquer ação pedagógica desenvolvida com alunos que apresentam necessidades educativas especiais não se configura numa tarefa à parte ou a cargo de alguém. Decorre daí a importância de todos que atuam no sistema de Ensino conceberem as demandas da prática escolar como elementos que subsidiem o planejamento das políticas municipais. Caso não haja, por parte das autoridades e/ou técnicos dos sistemas de ensino, liderança e compromisso com a mudança, apenas a motivação e o esforço dos professores não poderão modificar em profundidade a cultura da escola. Da mesma forma, caso os docentes não se motivam e não valorizam a diversidade de seus alunos, os processos de mudança nos espaços da escola também serão prejudicados.

De fato, prosseguir na eliminação das barreiras que impedem todos os alunos(a)s de receber aprendizagem de qualidade tem-se constituído em um processo difícil e complexo. Dar respostas à diversidade significa romper com o esquema tradicional, no qual todas as crianças executam as mesmas tarefas da mesma forma e com os mesmos materiais. Nas aulas inclusivas, é dado apoio a todos os alunos para que tenham êxito e atinjam os objetivos do currículo. Esses apoios podem diferir de aluno para aluno, por isso o currículo proposto precisa

levar em conta a diversidade de características e necessidades de todos os alunos ajustando-se e/ou expandindo-se quando necessário. A questão central que se coloca nesta perspectiva inclusiva é a organização das situações de ensino de modo a tornar possível personalizar as experiências comuns de aprendizagem, ou seja, chegar ao maior nível possível de interação e participação por parte de todos os alunos, sem perder de vista as necessidades concretas de cada um.

(BLANCO, 1999)

Acreditamos que seja possível avançar nessa direção sempre que nos contextos escolares a formação continuada e em serviço seja considerado um processo permanente de crescimento profissional. Todos os docentes têm uma concepção própria, mais ou menos explícita, de como os alunos aprendem e, em função desta concepção, ensinam de uma determinada maneira. Esta deve configurar em uma questão de permanente debate nos espaços próprios à formação continuada organizada entre os profissionais do ensino.

A sala de aula também recebe destaque, sendo um contexto educacional de incidência fundamental no desenvolvimento dos alunos. Acreditamos que esse espaço deva constituir-se em comunidades de aprendizagem em que as relações recíprocas entre o docente e os alunos e destes entre si, em torno da aprendizagem dos conteúdos escolares, seja uma realidade cotidiana.

Faz-se necessário então não só gerar contextos de aprendizagens, a partir do planejamento de atividades que, com a ajuda necessária, possam contribuir para que os alunos ressignifiquem suas aprendizagens compreendendo o que se tem que aprender e o porquê e para quê, mas também trabalhar o currículo com diversos níveis de complexidade e diferentes formas de utilização, dispondo de material específico ou adaptado em alguns casos, de modo que pratiquem e apliquem com autonomia o que foi aprendido nas diferentes situações e contextos.

Nesse sentido acreditamos que as adaptações curriculares devem partir de uma avaliação ampla do aluno no contexto da instituição e da sala de aula. Este tipo de avaliação não se baseia em testes psicotécnicos, mas na observação direta, nas entrevistas com o aluno, com os pais e com os colegas, bem como nas interações entre seus pares.

Na perspectiva da educação inclusiva a avaliação não tem o propósito de classificar e/ou rotular os alunos mas identificar o tipo de planejamento e as ações necessárias à facilitação do processo de aprendizagem para que possam participar ao máximo possível das atividades educacionais da aula (BLANCO, apud MEC, 2004)